

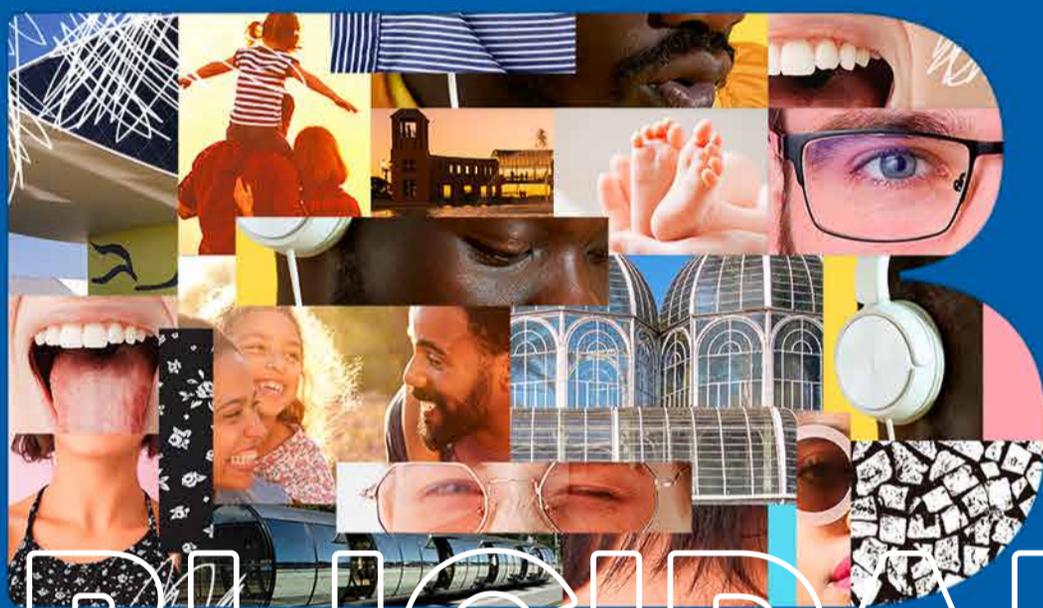
TRIBUNA

CONTEÚDO, PARCERIA E RESULTADO

QUARTA-FEIRA
30 DE MARÇO DE 2022



EDIÇÃO
DIGITAL



PUBLICIDADE LEGAL

📞 (4 1) 9 9 9 7 3 7 6 8 8

publicidadelegal@tribunadoparana.com.br

BOM PASTOR S.A.

CNPJ: 81.309.825/0001-94

Para versão digital acesse o link: tribunapr.uol.com.br/publicidade-legal/anunciante/bom-pastor-s-a/

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA PELO MÉTODO INDIRETO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020

ATIVO	Nota Explicativa	2021	2020	PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Nota Explicativa	2021	2020
CIRCULANTE				CIRCULANTE			
Caixa e equivalentes de caixa	(3)	64.466,85	97.635,06	Fornecedores	(6)	2.475,00	2.351,25
TOTAL DO ATIVO CIRCULANTE		64.466,85	97.635,06	Empréstimos e financiamentos	(7)	2.000,00	-
				TOTAL DO PASSIVO CIRCULANTE		4.475,00	2.351,25
NÃO CIRCULANTE				PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
Outros empréstimos a receber	(4)	2.726.770,36	2.726.770,36	Capital social	(9.a)	1,00	1,00
Imobilizado	(5)	170.164,48	170.164,48	Reservas de capital		772.438,31	772.438,31
TOTAL DO ATIVO NÃO CIRCULANTE		2.896.934,84	2.896.934,84	Reservas de lucros	(9.c)	2.219.779,34	2.233.407,56
				Resultado do exercício		(35.291,96)	(13.628,22)
				TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		2.956.926,69	2.992.218,65
TOTAL DO ATIVO		2.961.401,69	2.994.569,90	TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		2.961.401,69	2.994.569,90

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

	2021	2020
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Lucro (prejuízo) líquido do exercício antes do IR e da CS	(34.343,25)	(10.556,22)
	(34.343,25)	(10.556,22)
(Aumento) redução dos ativos	-	20.000,00
Contas a receber de clientes	-	20.000,00
Aumento (redução) dos passivos		
Fornecedores	123,75	105,75
Imposto de renda e contribuição social pagos	(948,71)	(7.680,00)
Demais obrigações fiscais e tributárias	-	(730,00)
	(824,96)	(8.304,25)
Caixa líquido gerado (aplicado) pelas atividades operacionais	(35.168,21)	1.139,53

	2021	2020
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
(Concessão) Amortização de empréstimos	2.000,00	-
Caixa líquido gerado (aplicado) pelas atividades de financiamento	2.000,00	-
AUMENTO (REDUÇÃO) NO CAIXA E EQUIVALENTES NO EXERCÍCIO	(33.168,21)	1.139,53
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	97.635,06	96.495,53
Caixa e equivalentes de caixa no fim do período	64.466,85	97.635,06
AUMENTO (REDUÇÃO) NO CAIXA E EQUIVALENTES NO EXERCÍCIO	(33.168,21)	1.139,53

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020

	Nota Explicativa	2021	2020
RECEITA BRUTA			
Locação de bens	(10)	-	40.000,00
Impostos sobre vendas	(10)	-	(1.460,00)
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA		-	38.540,00
LUCRO BRUTO		-	38.540,00
RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS			
Gerais e administrativas	(11)	(34.866,97)	(30.959,80)
RESULTADO OPERACIONAL ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO		(34.866,97)	7.580,20
RESULTADO FINANCEIRO			
Despesas financeiras	(12)	(732,00)	(20.682,00)
Receitas financeiras	(13)	1.255,72	2.545,58
RESULTADO OPERACIONAL		(34.343,25)	(10.556,22)
RESULTADO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		(34.343,25)	(10.556,22)
Imposto de renda e contribuição social correntes	(8)	(948,71)	(3.072,00)
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		(35.291,96)	(13.628,22)
LUCRO LÍQUIDO POR AÇÃO DO CAPITAL SOCIAL - R\$		(0,01)	(0,01)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

	2021	2020
RECEITAS		
Vendas de mercadorias, produtos e serviços	-	40.000,00
	-	40.000,00
INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS		
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	33.753,57	30.776,10
	33.753,57	30.776,10
VALOR ADICIONADO BRUTO	(33.753,57)	9.223,90
VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA ENTIDADE	(33.753,57)	9.223,90
VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA		
Receitas financeiras	1.255,72	2.545,58
	1.255,72	2.545,58
VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR	(32.497,85)	11.769,48
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO		
Impostos, taxas e contribuições		
Federais	948,71	4.532,00
Estaduais	1.113,40	183,70
	2.062,11	4.715,70
Remuneração de capitais de terceiros		
Juros	732,00	682,00
Outras	-	20.000,00
	732,00	20.682,00
Remuneração de capitais próprios		
Lucros retidos / prejuízo do exercício	(35.291,96)	(13.628,22)
	(35.291,96)	(13.628,22)
	(32.497,85)	11.769,48

As notas explicativas anexas são parte integrante das demonstrações financeiras.

	Capital social	Reservas de capital	Reservas de lucros	Reserva de investimentos	Outras reservas	Lucros acumulados	Total
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019	1,00	772.438,31	2.233.407,56	-	-	-	3.005.846,87
Ajustes de exercícios anteriores	-	-	-	-	-	-	-
Lucro (prejuízo) líquido do exercício	-	-	-	-	(13.628,22)	-	(13.628,22)
Reservas	-	-	-	-	-	-	-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020	1,00	772.438,31	2.233.407,56	-	(13.628,22)	-	2.992.218,65
Lucro (prejuízo) líquido do exercício	-	-	-	-	(35.291,96)	-	(35.291,96)
Reversão de Reservas	-	-	(13.628,22)	-	-	-	(13.628,22)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021	1,00	772.438,31	2.219.779,34	-	(35.291,96)	-	2.956.926,69

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020

1. INFORMAÇÕES GERAIS

A Companhia, com sede em Curitiba - PR, foi constituída em 27 de dezembro de 1968, tendo como objetivo a administração, locação, compra e venda de imóveis próprios.

2. RESUMO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, salvo disposição em contrário. As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC. A escrituração contábil foi realizada em conformidade com a NBC TG 1000 - Modelo contábil para pequenas e médias empresas.

2.1. Base de elaboração

As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor e ativos e passivos financeiros mensurados ao valor justo contra o resultado do exercício.

O resumo das principais políticas contábeis adotadas pela Companhia é como segue:
a) **Caixa e equivalentes de caixa** - Compreendem os saldos de depósitos bancários à vista e aplicações financeiras. Essas aplicações financeiras estão demonstradas ao custo, acrescido dos rendimentos auferidos até as datas de encerramento do exercício, e possuem vencimentos inferiores há 90 dias ou sem prazos fixados para resgate, com liquidez imediata, e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor.

b) **Contas a receber** - As contas a receber são registradas e mantidas nas demonstrações financeiras pelo valor nominal dos títulos representativos desses créditos. O ajuste a valor presente do saldo de contas a receber de clientes não é relevante devido ao curto prazo de sua realização. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante.

c) **Ajuste a valor presente** - Não é reconhecido o ajuste a valor presente para os elementos integrantes do ativo e passivo decorrentes de operações de longo prazo, ou de operações de curto prazo, por não haver efeitos relevantes, tomando-se por base a data de origem da transação.

d) **Imobilizado** - Os bens do ativo imobilizado estão demonstrados ao valor de custo, deduzidos de depreciação e da perda por redução ao valor recuperável acumuladas, quando aplicável.

A depreciação é reconhecida com base na vida útil estimada de cada ativo pelo método linear, de modo que o valor do custo menos o seu valor residual após sua vida útil seja integralmente baixado. A vida útil estimada, os valores residuais e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas são contabilizadas prospectivamente. Um item do imobilizado é baixado após alienação ou quando não há benefícios econômicos futuros resultantes do uso contínuo do ativo. Quaisquer ganhos ou perdas na venda ou baixa de um item do imobilizado são determinados pela diferença entre os valores recebidos na venda e o valor contábil do ativo e são reconhecidos no resultado.

e) **Redução ao valor recuperável de ativos tangíveis e intangíveis** - no final de cada exercício, a Companhia revisa o valor contábil de seus ativos tangíveis e intangíveis para determinar se há alguma indicação de que tais ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado com a finalidade de mensurar o montante dessa perda, se houver.

f) **Imposto de renda e contribuição social** - São calculados com base no lucro tributável determinado de acordo com a legislação tributária em vigor, com base nas alíquotas de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240.000,00, e de 9%, respectivamente.

g) **Ativos e passivos sujeitos a atualização monetária** - Os ativos e passivos em reais e sujeitos à indexação são atualizados monetariamente com base nos índices aplicáveis. Os ganhos e as perdas das variações monetárias são reconhecidos no resultado pelo regime de competência.

h) **Contas a pagar aos fornecedores** - As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal de negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano (ou no ciclo operacional normal dos negócios, ainda que mais longo). Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante. Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros. Na prática, são normalmente reconhecidas ao valor da fatura correspondente.

i) **Provisões** - As provisões são reconhecidas para obrigações presentes (legal ou presumida) resultante de eventos passados, em que seja possível estimar os valores de forma confiável e cuja liquidação seja provável.

O valor reconhecido como provisão é a melhor estimativa das considerações requeridas para liquidar a obrigação no final de cada período de relatório, considerando-se os riscos e as incertezas relativos à obrigação. Quando a provisão é mensurada com base nos fluxos de caixa estimados para liquidar a obrigação, seu valor contábil corresponde ao valor presente desses fluxos de caixa (em que o efeito do valor temporal do dinheiro é relevante).

j) **Ativos e passivos não circulantes** - Compreendem os bens e direitos realizáveis e deveres e obrigações vencíveis após doze meses subsequentes a data base das referidas demonstrações financeiras, acrescidos dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridas, se aplicável, até a data do balanço.

k) **Receitas dos serviços vendidos** - As receitas decorrentes dos serviços vendidos são integralmente reconhecidas no resultado do exercício somente quando:
i. A Companhia efetuou os serviços vendidos;
ii. A Companhia não mantém envolvimento continuado na gestão dos serviços vendidos em grau normalmente associado à propriedade nem controle efetivo sobre tais serviços;
iii. O valor dos serviços pode ser mensurado com confiabilidade;
iv. É provável que os benefícios econômicos associados à transação fluirão para a Companhia; e
v. Os custos incorridos ou a que serão incorridos relacionados à transação podem ser mensurados com confiabilidade.

A receita dos serviços vendidos inclui a locação de bens.

l) **Instrumentos financeiros** - Os instrumentos financeiros são inicialmente registrados ao

seu valor justo acrescido dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão, exceto no caso de ativos e passivos financeiros classificados na categoria ao valor justo por meio do resultado, quando tais custos são diretamente lançados no resultado do exercício. Sua mensuração subsequente ocorre a cada data de balanço de acordo com a classificação dos instrumentos financeiros nas seguintes categorias de ativos e passivos financeiros: ativo financeiro ou passivo financeiro mensurado pelo valor justo por meio do resultado, investimentos mantidos até o vencimento, empréstimos e recebíveis, ativos financeiros e disponíveis para a venda.

m) **Uso de estimativas** - A preparação de demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a Administração da Companhia se baseie em estimativas para o registro de certas transações que afetam os ativos e passivos, as receitas e despesas, bem como a divulgação de informações sobre dados das suas demonstrações financeiras. As demonstrações financeiras foram elaboradas considerando estimativas e julgamentos de eventos contábeis, a exemplo da definição da vida útil dos bens do ativo imobilizado. Os resultados finais dessas transações e informações, quando de sua efetiva realização em períodos subsequentes, podem diferir das estimativas.

3. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	2021	2020
Bancos - contas correntes	1.009,52	34.840,51
Aplicações Financeiras	63.457,33	62.794,55
	64.466,85	97.635,06

As aplicações financeiras correspondem a Certificados de Depósitos Bancários - CDB, indexados pela variação do Certificado de Depósito Interbancários - CDI, e fundos de investimento de renda fixa, contratadas em bancos de primeira linha. Essas aplicações são prontamente conversíveis em montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor.

A movimentação das aplicações financeiras é demonstrada a seguir:

	2021	2020
Saldo inicial	62.794,55	60.248,97
Aplicações	63.379,66	-
Rendimento líquido	1.255,72	2.545,58
Resgates	63.972,60	-
Saldo final	63.457,33	62.794,55

4. OUTROS EMPRÉSTIMOS A RECEBER

	2021	2020
Outros empréstimos a receber	2.726.770,36	2.726.770,36
	2.726.770,36	2.726.770,36

5. IMOBILIZADO

	2021		2020		
	Custo	Depreciação Acumulada	Custo	Depreciação Acumulada	Taxas anuais de depreciação %
Terrenos	170.164,48	-	170.164,48	-	-
Edificações	806.654,72	806.654,72	806.654,72	806.654,72	10
Máquinas e Equipamentos	266.415,18	266.415,18	266.415,18	266.415,18	10
Móveis e Utensílios	254.350,21	254.350,21	254.350,21	254.350,21	10
	1.497.584,59	1.327.420,11	1.497.584,59	1.327.420,11	

De acordo com o CPC 27 e ICPC 10, a Companhia optou por não reavaliar seus ativos imobilizados na data de transição pelo valor justo, optando por manter o custo de aquisição do imobilizado, não possuindo diferença significativa entre os valores contábeis dos bens registrados nas demonstrações financeiras e os seus respectivos valores justos.

No fim de cada exercício, a Companhia revisa o valor contábil de seus ativos tangíveis para determinar se há alguma indicação de que tais ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado com a finalidade de mensurar o montante dessa perda, se houver. Quando não for possível estimar o montante recuperável de um ativo individualmente, a Companhia calcula o montante recuperável da unidade geradora de caixa à qual pertence o ativo.

6. FORNECEDORES

Possui giro médio de 28 dias, compreendendo contas a pagar a fornecedores e prestadores de serviço de assessoria e consultoria, dentre outros prestadores de serviços.

7. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

	2021	2020
Empréstimos e financiamentos	2.000,00	-
	2.000,00	-

8. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL CORRENTES

	2021		2020	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Receita bruta sujeita ao percentual de 8%	-	-	-	-
Receita bruta sujeita ao percentual de 32%	-	-	40.000,00	40.000,00
Resultado da receita bruta ajustado	-	-	12.800,00	12.800,00
Rendimentos e ganhos líquidos renda fixa	3.953,04	3.953,04	-	-
Demais Receitas	-	-	-	-
Alíquota de 15% e 9% respectivamente	(592,94)	(355,77)	(1.920,00)	(1.152,00)
Adicional federal 10%	-	-	-	-
Imposto de renda e contribuição social	(592,94)	(355,77)	(1.920,00)	(1.152,00)

O regime de tributação da companhia é o Lucro Presumido.

9. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) **Capital social** - Em 31 de dezembro de 2021, o capital social é de R\$ 1,00, composto

por 2.717.000 ações ordinárias, com direito a voto e sem valor.
b) **Dividendos e juros sobre capital próprio** - Aos acionistas são destinados dividendos mínimos de 6% do resultado de cada exercício, depois de constituída a reserva legal de 5% do lucro líquido até o limite de 20% do capital social integralizado. Assegurados aos acionistas o dividendo mínimo obrigatório, a Administração terá direito a uma gratificação que não excederá a 15% do lucro líquido.

Em 2020 e 2021, a Administração não propôs o pagamento de dividendos sobre o lucro líquido do exercício, juros sobre capital próprio e nem pagamento de gratificação aos administradores.

c) **Reserva de investimentos** - De acordo com o previsto na Lei nº 11.638/98, art. 194 à 197, a Administração da Companhia não constituiu reserva de investimentos, tendo em vista o prejuízo apurado em 2020 e 2021.

10. RECEITA OPERACIONAL

A seguir, a composição da receita operacional bruta:

	2021	2020
Locação de bens	-	40.000,00
	-	40.000,00

Segue abaixo a conciliação entre a receita operacional bruta e a receita apresentada na

Em cada data de balanço, a Companhia avalia se os ativos financeiros contabilizados pelo custo amortizado estão com problemas de recuperação. Um ativo financeiro possui "problemas de recuperação" quando ocorrem um ou mais eventos com impacto prejudicial nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro. Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram problemas de recuperação inclui os seguintes dados observáveis:

- dificuldades financeiras significativas do emissor ou do mutuário;
- quebra de cláusulas contratuais, tais como inadimplência ou atraso de mais de 180 dias;
- reestruturação de um valor devido a Companhia em condições que não seriam aceitas em condições normais;
- a probabilidade que o devedor entrará em falência ou passará por outro tipo de reorganização financeira; ou
- o desaparecimento de mercado ativo para o título por causa de dificuldades financeiras.

Apresentação da provisão para perdas de crédito esperadas no balanço patrimonial
A provisão para perdas para ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado é deduzida do valor contábil bruto dos ativos.

Baixa
O valor contábil bruto de um ativo financeiro é baixado quando a Companhia não tem expectativa razoável de recuperar o ativo financeiro em sua totalidade ou em parte. Com relação a clientes individuais, a Companhia adota a política de baixar o valor contábil bruto quando o ativo financeiro está vencido há 180 dias com base na experiência histórica de recuperação de ativos similares. Com relação a clientes corporativos, a Companhia faz uma avaliação individual sobre a época e o valor da baixa com base na existência ou não de expectativa razoável de recuperação. A Companhia não espera nenhuma recuperação significativa do valor baixado. No entanto, os ativos financeiros baixados podem ainda estar sujeitos à execução de crédito para o cumprimento dos procedimentos da Companhia para a recuperação dos valores devidos.

6.8 Capital social
As ações ordinárias são classificadas no patrimônio líquido. Os custos incrementais diretamente atribuíveis à emissão de novas ações são demonstrados no patrimônio líquido, em conta redutora do capital, líquidos de impostos.

6.9 Benefícios a empregados
Benefícios de curto prazo a empregados
Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são reconhecidas como despesas de pessoal conforme o serviço correspondente seja prestado. O passivo é reconhecido pelo montante do pagamento esperado caso a Companhia tenha uma obrigação presente legal ou construtiva de pagar esse montante em função de serviço passado prestado pelo empregado e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

Outros benefícios de longo prazo a empregados
A obrigação líquida da Companhia em relação a outros benefícios de longo prazo a empregados é o valor do benefício futuro que os empregados receberão como retorno pelo serviço prestado no ano corrente e em anos anteriores. Esse benefício é descontado para determinar o seu valor presente. Remensurações são reconhecidas no resultado do período.

6.10 Arrendamentos
No início de um contrato, a companhia avalia se um contrato é ou contém um arrendamento. Um contrato é, ou contém um arrendamento, se o contrato transferir o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período de tempo em troca de contraprestação.

No início ou na modificação de um contrato que contém um componente de arrendamento, a Companhia aloca a contraprestação no contrato a cada componente de arrendamento com base em seus preços individuais. No entanto, para os arrendamentos de propriedades, a companhia optou por não separar os componentes que não sejam de arrendamento e contabilizam os componentes de arrendamento e não arrendamento como um único componente.

A companhia reconhece um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento na data de início do arrendamento. O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente ao custo, que compreende o valor da mensuração inicial do passivo de arrendamento, ajustado para quaisquer pagamentos de arrendamento efetuados até a data de início, mais quaisquer custos diretos iniciais incorridos pelo arrendatário e uma estimativa dos custos a serem incorridos pelo arrendatário na desmontagem e remoção do ativo subjacente, restaurando o local em que está localizado ou restaurando o ativo subjacente à condição requerida pelos termos e condições do arrendamento, menos quaisquer incentivos de arrendamentos recebidos.

O ativo de direito de uso é subsequentemente depreciado pelo método linear desde a data de início até o final do prazo do arrendamento, a menos que o arrendamento transfira a propriedade do ativo subjacente ao arrendatário ao fim do prazo do arrendamento, ou se o custo do ativo de direito de uso refletir que o arrendatário exercerá a opção de compra. Nesse caso, o ativo de direito de uso será depreciado durante a vida útil do ativo subjacente, que é determinada na mesma base que a do ativo imobilizado. Além disso, o ativo de direito de uso é periodicamente reduzido por perdas por redução ao valor recuperável, se houver, e ajustado para determinadas remensurações do passivo de arrendamento.

O passivo de arrendamento é mensurado inicialmente ao valor presente dos pagamentos do arrendamento que não são efetuados na data de início, descontados pela taxa de juros implícita no arrendamento ou, se essa taxa não puder ser determinada imediatamente, pela taxa de empréstimo incremental da companhia. Geralmente, a companhia usa sua taxa incremental sobre empréstimo como taxa de desconto.

A companhia determina sua taxa incremental sobre empréstimos obtendo taxas de juros de várias fontes externas de financiamento e fazendo alguns ajustes para refletir os termos do contrato e o tipo do ativo arrendado. Os pagamentos de arrendamento incluídos na mensuração do passivo de arrendamento compreendem o seguinte:

- pagamentos fixos, incluindo pagamentos fixos na essência;
- pagamentos variáveis de arrendamento que dependem de índice ou taxa, inicialmente mensurados utilizando o índice ou taxa na data de início;
- valores que se espera que sejam pagos pelo arrendatário, de acordo com as garantias de valor residual; e
- o preço de exercício da opção de compra se o arrendatário estiver razoavelmente certo de exercer essa opção, e pagamentos de multas por rescisão do arrendamento, se o prazo do arrendamento refletir o arrendatário exercendo a opção de rescindir o arrendamento.

O passivo de arrendamento é mensurado pelo custo amortizado, utilizando o método dos juros efetivos. E remensurado quando há uma alteração nos pagamentos futuros de arrendamento resultante de alteração em índice ou taxa, se houver valor residual, se a Companhia alterar sua avaliação se exercerá uma opção de compra, extensão ou rescisão ou se há um pagamento de arrendamento revisado fixo em essência. Quando o passivo de arrendamento é remensurado dessa maneira, é efetuado um ajuste correspondente ao valor contábil do ativo de direito de uso ou é registrado no resultado se o valor contábil do ativo de direito de uso tiver sido reduzido a zero.

Arrendamentos de ativos de baixo valor
A companhia optou por não reconhecer ativos de direito de uso e passivos de arrendamento para arrendamentos de ativos de baixo valor e arrendamentos de curto prazo. A companhia reconhece os pagamentos de arrendamento associados a esses arrendamentos como uma despesa de forma linear pelo prazo do arrendamento.

6.11 Provisões
As provisões para ações judiciais (trabalhista e civil) são reconhecidas quando a companhia tem uma obrigação presente ou não formalizada (constructive obligation) como resultado de eventos passados; é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e o valor tiver sido estimado com segurança. As provisões não são reconhecidas com relação às perdas operacionais futuras.

Quando houver uma série de obrigações similares, a probabilidade de liquidá-las é determinada, levando-se em consideração a classe de obrigações como um todo. Uma provisão é reconhecida mesmo que a probabilidade de liquidação relacionada com qualquer item individual incluído na mesma classe de obrigações seja pequena. As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes dos efeitos tributários, a qual reflete as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira.

7. Novas normas e interpretações ainda não efetivas
Uma série de novas normas serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2021. A Companhia não adotou essas normas na preparação destas demonstrações financeiras.

Não se espera que as seguintes normas novas e alteradas tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia:

- Concessões de aluguel relacionadas à COVID-19 após 30 de junho de 2021 (alteração ao CPC 06/IFRS 16);
- Revisão anual das normas IFRS 2018–2020;
- Imobilizado: Receitas antes do uso pretendido (alterações ao CPC 27/IAS 16);
- Referência à Estrutura Conceitual (Alterações ao CPC 15/IFRS 3);
- Classificação do Passivo em Circulante ou Não Circulante (Alterações ao CPC 26/IAS 1);

- IFRS 17 Contratos de Seguros;
- Divulgação de Políticas Contábeis (Alterações ao CPC 26/IAS 1 e IFRS Practice Statement 2); e
- Definição de Estimativas Contábeis (Alterações ao CPC 23/IAS 8).

8. Caixa e equivalentes de caixa

	2021	2020
Bancos - contas-correntes	279	112
Aplicações Financeiras	380	155
	659	267

9. Contas a receber de clientes

	2021	2020
Publicidade	959	911
Permuta	56	308
Outros	470	561
Provisão para devedores duvidosos	(696)	(733)
	789	1.047

O contas a receber de clientes tem a seguinte composição por idade de vencimento:

	2021	2020
A vencer	687	858
Vencidos até 30 dias	66	51
Vencidos de 31 até 60 dias	8	59
Vencidos de 61 até 90 dias	9	58
Vencidos de 91 a 180 dias	16	82
Vencidos acima de 181 dias	699	672
	1.485	1.780

Provisão para crédito de liquidação duvidosa
A Sociedade possui normas para o monitoramento de créditos e duplicatas vencidas, sendo o risco exposto ao saldo advindo da possibilidade de não recebimentos dos valores decorrentes de operações de venda. A provisão para créditos de liquidação duvidosa é constituída com base na análise das contas a receber em aberto da Sociedade e é considerada suficiente para cobrir eventuais perdas sobre os valores a receber em aberto. A movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa está demonstrada abaixo:

Em 31 de dezembro de 2019	(627)
Complemento de provisão	(106)
Em 31 de dezembro de 2020	(733)
Reversão de provisão	37
Em 31 de dezembro de 2021	(696)

10. Direito de Uso
Na transição para o CPC 06 (R2) - Arrendamento mercantil, a Companhia reconheceu ativos de direito de uso e passivos adicionais de arrendamento. O impacto na transição e a movimentação do período estão resumidos abaixo:

	2021	2020
Em 1º de janeiro 2020	32	-
Novos Contratos	-	41
Depreciação	(9)	(9)
Saldo em 31/12/2021	23	32

11. Imobilizado

	2021		2020	
	Custo	Depreciação acumulada	Líquido	Líquido
Máquinas e equipamentos	33	(25)	8	12
Aparelhos de Comunicação	15	(3)	12	13
Benefitorias em Propriedade de Terceiros	300	(85)	215	227
Total	348	(113)	235	252

A movimentação do ativo imobilizado, segregada entre custo e depreciação acumulada, está demonstrada a seguir:

	2021		2020	
	Maquinas e equipamentos	Aparelhos de Comunicação	Benefitorias em Propriedade de Terceiros	Líquido
Saldo em 31/12/2019	15	15	239	269
Depreciação	(3)	(2)	(12)	(17)
Saldo em 31/12/2020	12	13	227	252
Depreciação	(4)	(1)	(12)	(17)
Saldo em 31/12/2021	8	12	215	235

Revisão e ajuste da vida útil estimada
A administração revisou os prazos de vida útil e valores residuais dos ativos e nenhum ajuste foi necessário.

Redução ao valor recuperável
De acordo com as normas descritas no CPC 1 - Redução ao valor recuperável de ativos, o ativo imobilizado da Companhia tem o seu valor recuperável analisado, no mínimo, anualmente, caso haja indicadores de que determinados ativos poderiam estar reconhecidos contabilmente por montantes acima do valor recuperável.

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020, a Administração não identificou indicadores de que o ativo imobilizado poderia apresentar problemas de impairment.

Ativos dados em garantia
Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, não possui bens dados em garantia para processos judiciais.

12. Intangível

	2021		2020	
	Custo	Amortização acumulada	Líquido	Líquido
Softwares	65	(65)	-	0
Marcas e Patentes	2	-	2	2
Total	67	(65)	2	2

Os softwares têm vida útil definida de 5 anos. A movimentação do ativo intangível, segregada entre custo e amortização acumulada, está demonstrada a seguir:

	2021		2020	
	Softwares	Marcas e patentes	Líquido	Líquido
Saldo em 31 de dezembro de 2019	8	2	10	10
Amortização	(8)	-	(8)	(8)
Saldo em 31 de dezembro de 2020	-	2	2	2
Saldo em 31 de dezembro de 2021	-	2	2	2

13. Fornecedores
Em 31 de dezembro de 2021 o saldo de fornecedores, é no montante de R\$144 (R\$348 em 2020) referem-se basicamente a contas a pagar a fornecedores de publicidade, prestadores de serviços, comissão sobre vendas, entre outros.

14. Arrendamento Mercantil
Os passivos de arrendamento são reconhecidos pelo valor presente dos seus fluxos de pagamentos à uma taxa incremental de desconto da Companhia, e em contra partida o ativo de direito de uso.

A taxa utilizada para o cálculo foi definida pela data de vigência dos contratos, abaixo demonstramos as principais taxas utilizadas:

Vigência (anos)	Taxa (ao mês)	
5	0,85%	
10	0,88%	
15	0,93%	
20	0,95%	
2021	2020	
Em 1º Janeiro de 2020	32	-
Novos Contratos	-	41
Juros	2	2
Pagamentos	(10)	(11)

	24	32
Circulante	7	15
Não Circulante	17	17

15. Obrigações sociais e trabalhistas

	2021	2020
Provisão para férias e encargos	268	337
Obrigações previdenciárias e sociais	212	321
Outras	6	5
	486	663

16. Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas
a) Riscos provisionados
Com base na análise individual dos processos impetrados contra a companhia e suportados por opinião de seus consultores jurídicos, foram constituídas provisões no passivo não circulante e para riscos com perdas consideradas prováveis, demonstradas a seguir.

	2020	Adições	Baixas	Correção monetária	2021
Cíveis	89	44	-	-	133
Trabalhistas (i)	317	32	(58)	-	291
	406	76	(58)	-	424
Depósitos judiciais vinculados às contingências passivas	(126)	-	21	(4)	(109)
	280	76	(37)	(4)	315

	2019	Adições	Baixas	Correção monetária	2020
Cíveis	84	20	(15)	-	89
Trabalhistas (i)	317	-	-	-	317
	401	20	(15)	-	406
Depósitos judiciais vinculados às contingências passivas	(102)	(21)	1	(4)	(126)
	299	(1)	(14)	(4)	280

(i) Contempla reclamatórias trabalhistas os quais envolvem pedidos de horas extras, seguro desemprego, danos morais, comissões, prêmios de vendas, participações lucros e outros pedidos. Além de reclamatórias cíveis relacionadas a danos morais e materiais decorrentes de erros de publicação de anúncios veiculados ou matérias jornalísticas.

b) Contingências possíveis
Há também outros processos ou autuações fiscais que ocorrerem no curso normal dos negócios. A Sociedade, com base na opinião de seus advogados, considera que um resultado desfavorável é possível. O valor estimado para a ocorrência de eventual perda em 31 de dezembro de 2021 é de aproximadamente R\$ 216 (R\$ 423 em 2020).

17. Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos
a) Reconciliação do cálculo do imposto de renda e contribuição social

	2021	2020
Resultado antes do IRPJ e CSLL	78	(260)
Resultado Ajustado	78	(260)
Alíquota (%)	34%	34%

Imposto de Renda e Contribuição Social aplicados à alíquota

Compensação de Prejuízo Fiscal e Base negativa de CSLL	(12)	-
Despesas Indedutíveis, Outras (adições) exclusões, Líquidas	5	60
Outras (adições) exclusões, líquidas	-	5
Prejuízo Fiscal de IRPJ e Base Negativa de CSLL não reconhecidos	-	26

IRPJ e CSLL no exercício

IRPJ e CSLL no exercício	20	3
Imposto de renda e CSLL corrente	20	3

18. Receita

	2021	2020
Receita operacional bruta		
Publicidade	4.304	4.387
Vendas de jornais	655	919
Deduções	4.959	5.306
Impostos incidentes	(255)	(273)
Total de receita líquida	4.704	5.033

19. Informação sobre a natureza das despesas reconhecidas na demonstração do resultado
A Sociedade apresentou a demonstração do resultado utilizando uma classificação das despesas baseada na sua função. As informações sobre a natureza dessas despesas reconhecidas na demonstração do resultado é apresentada a seguir:

	2021	2020
Despesa de pessoal	(2.232)	(2.342)
Serviços prestados	(1.199)	(1.559)
Propaganda	(229)	(44)
Depreciação	(18)	(25)
Comissão vendas	(119)	(180)
Outros Despesas	(950)	(1.223)
Total despesas	(4.747)	(5.373)
Custo dos Serviços Prestados	(2.700)	(3.075)
Despesas com Vendas	(869)	(837)
Despesas Gerais e Administrativas	(1.178)	(1.461)
	(4.747)	(5.373)

20. Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas
A composição de outras despesas operacionais é como segue:

	2021	2020
Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	135	183
Total de outras receitas/despesas operacionais	135	183

21. Resultado financeiro
a) Receitas financeiras

	2021	2020
Juros sobre aplicações financeiras	11	4
Juros ativos	21	22
Outras receitas financeiras	8	12
Total de receitas financeiras	40	38

b) Despesas financeiras

	2021	2020
Juros passivos	(22)	(14)
Outras despesas financeiras	(32)	(21)
Total de despesas financeiras	(54)	(35)

22. Seguros
Em 31 de dezembro de 2021, a cobertura de seguros estabelecido pela administração da Sociedade para cobrir eventuais sinistros contra incêndio e outros danos sobre o imobilizado e responsabilidade civil montava a quantia de R\$ 73 (R\$ 87 em 2020).

23. Aprovação das demonstrações financeiras
A administração da Sociedade aprovou as demonstrações financeiras em 25 de março de 2021.

Guilherme Doring da Cunha Pereira
Diretor

Marcelo Fabiano de Souza Palombo
Contador – CRC/PR RR-056390/O-5

BGMC PARTICIPAÇÕES S.A.
CNPJ/ME 07.995.429/0001-05 - NIRE 41300071438
AVISO AOS ACIONISTAS
BGMC PARTICIPAÇÕES S.A., inscrita no CNPJ/MF nº 07.995.429/0001-05 ("Companhia"), em atendimento ao disposto no artigo 133 da Lei nº 6.404/76, comunica aos Senhores Acionistas que os documentos e informações relacionados às matérias objeto da ordem do dia da Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária da Companhia encontram-se à disposição dos Acionistas na sede da Companhia, na cidade de Curitiba, Estado do Paraná, na avenida Desembargador Hugo Simas, nº 332, sala 01, bairro bom retiro, CEP 80520-250. Comunicamos, ainda, que a publicação dos documentos exigidos pela legislação aplicável será oportunamente realizada pela Companhia nos jornais costumeiros. Curitiba, 29 de março de 2022. Luis Rodrigo Schruher (29,30,31) Milano, Diretor Presidente.

TRIBUNA
QUER ANUNCIAR?
SEU NEGÓCIO NO IMPRESSO E NO DIGITAL
(41) 3515-8731
publicidadelegal@tribunadoparana.com.br

Anuncie suas atas e editais aqui, ligue: (41) 3515-8731
publicidadelegal@tribunadoparana.com.br

TRIBUNA

Esta página faz parte da edição 100% digital produzida pelo jornal Tribuna do Paraná

TBR220330 pdf

Código do documento d4dbb45a-12e1-4f76-8ea2-0ec94b220fee



Assinaturas



EDITORA O ESTADO DO PARANA SA
Certificado Digital
tppubleg@tribunadoparana.com.br
Assinou

Eventos do documento

29 Mar 2022, 23:30:38

Documento d4dbb45a-12e1-4f76-8ea2-0ec94b220fee **criado** por EDITORA O ESTADO DO PARANA SA (d7977d86-df19-41d5-8598-d72d8b545190). Email:tppubleg@tribunadoparana.com.br. - DATE_ATOM: 2022-03-29T23:30:38-03:00

29 Mar 2022, 23:31:05

Assinaturas **iniciadas** por EDITORA O ESTADO DO PARANA SA (d7977d86-df19-41d5-8598-d72d8b545190). Email: tppubleg@tribunadoparana.com.br. - DATE_ATOM: 2022-03-29T23:31:05-03:00

29 Mar 2022, 23:31:28

ASSINATURA COM CERTIFICADO DIGITAL ICP-BRASIL - EDITORA O ESTADO DO PARANA SA **Assinou** Email: tppubleg@tribunadoparana.com.br. IP: 191.177.157.162 (bfb19da2.virtua.com.br porta: 33750). Dados do Certificado: C=BR,O=ICP-Brasil,OU=Certisign Certificadora Digital S.A.,OU=AC Certisign Multipla G7,OU=A1,CN=EDITORA O ESTADO DO PARANA SA. - DATE_ATOM: 2022-03-29T23:31:28-03:00

Hash do documento original

(SHA256):138da89b0140628ec575f749482a3934958971bd51b2f3498ede66106777840f

(SHA512):fd2e5a2a4ccfc7809c7c93d27516fb483ef72e15a277f01b021e2507ff37d32ab84a96a4a7134c356232f70d573b0001b191669e1b76ab6d8602f82d78c06daf

Esse log pertence **única e exclusivamente** aos documentos de HASH acima

Esse documento está assinado e certificado pela D4Sign